



# PGR já criou mega equipa para investigar caso BES

É uma equipa multidisciplinar criada logo após colapso do BES. Tem como missão investigar as supostas irregularidades na gestão do banco e nas empresas da família Espírito Santo.

Lígia Simões

ligia.simoeseconomico.pt

Após o anúncio do colapso do BES, a 3 de Agosto, a Procuradoria-Geral da República (PGR) não perdeu tempo. Criou de imediato uma mega equipa especial para investigar as supostas irregularidades na gestão do BES - dividido entre 'banco bom' e 'banco mau', com este último a albergar os activos tóxicos - e nas empresas da família Espírito Santo. A equipa é constituída por três magistrados do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), que investiga os crimes económicos e financeiros de elevada complexidade, entre os quais Rosário Teixeira, o procurador que é o titular dos processos do caso Monte Branco. E conta com a colaboração da PJ, Autoridade Tributária (AT) e reguladores.

Tudo será passado a pente fino. O Ministério Público (MP) promete acompanhar todos os processos relativos com o caso BES, mesmo aqueles com relevância cível, e não penal, que se prendem com a reparação dos danos provocados por acto ilícito como é o caso de investidores lesados num balcão concreto.

"Para a investigação dos processos relacionados com o denominado universo Espírito Santo foi constituída uma equipa de magistrados do DCIAP. Esta equipa poderá vir a integrar magistrados de outras jurisdições e outros departamentos, no caso de tal se revelar necessário ao desenvolvimento das funções do Ministério Público no âmbito das diversas competências que lhe estão atribuídas", revelou ao Económico fonte oficial da PGR.

Fonte judicial avançou que esta equipa foi criada na primeira semana deste mês e que se adivinha uma investigação "complexa e morosa dada a ampla dimensão internacional do grupo".



Fonte judicial diz que investigação ao caso BES será "complexa e morosa dada a ampla dimensão internacional do grupo", com presença em 24 países e quatro continentes.

João Paulo Dias / Arquivo Económico

A PGR adianta que a equipa multidisciplinar vai integrar especialistas em crimes financeiros da PJ e inspetores tributários. E que "dada a matéria que está em causa, trabalhará também em estreita colaboração com as entidades reguladoras, como o Banco de Portugal e a CMVM".

Sobre a possibilidade da mega equipa integrar magistrados de outras jurisdições, a PGR esclarece com um exemplo: "Sendo do conhecimento público que há acções relacionadas com esta matéria a decorrer nomeadamente na jurisdição cível, pretende-se que o MP acompanhe as questões que serão discutidas nessa sede e que possam ser encaminhadas para a equipa constituída, que avaliará da sua eventual relevância penal". Adianta aqui que, caso se entenda necessário no decurso da investigação, na equipa poderão ser integrados magistrados de outras jurisdições.

O MP recorda ainda que dispõe de todos os mecanismos de cooperação judiciária internacional, os quais utiliza sempre que tem necessidade de obtenção de

provas a recolher no estrangeiro. Segundo a PGR, os inquéritos relacionados com o universo Espírito Santo encontram-se em segredo de justiça. Mas o Económico sabe que o MP já abriu três inquéritos à gestão do grupo que estão nas mãos da equipa multidisciplinar, tendo também o BdP enviado já documentos relevantes em torno do BES com vários indícios de irregularidades.

Neste momento, está ainda a decorrer uma auditoria forense, decretada pela instituição liderada por Carlos Costa. Objectivo: descobrir responsabilidades individuais que possam ter estado na origem da 'morte anunciada' do banco privado que, a 30 de Julho, anunciou prejuízos de 3.577 milhões de euros no primeiro semestre, cujas contas o auditor KMPG recusa assinar, enquanto a anterior administração não o fizer. Se as contas semestrais do BES não forem assinadas (até 31 de Agosto), o MP deve actuar. A opinião é de Domingues Azevedo, bastonário da OTOC, que defende a procura de responsabilidade civil e criminal. ■